

SUMÁRIO

Introdução.....	2
1 – O documento e a crítica interna.....	3
2 – O que diz Vilhena.....	5
3 – O que diz Caio Prado Júnior.....	8
Conclusão.....	10

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende exercitar as habilidades que qualquer pesquisador histórico precisa ter para poder trabalhar adequadamente com fontes primárias escritas.

O primeiro passo, evidentemente, é o exame cuidadoso sobre a suposta fonte. Precisamos criticá-la. A desconfiança deve ser a companheira inseparável de um bom pesquisador.

A crítica que se faz sobre um documento escrito é de duas ordens: uma, a externa, assim conceituada porque se prende aos aspectos “de fora” do documento, digamos assim, constituindo-se numa espécie de perícia verificadora dos seguintes aspectos:

- Se a base que serviu de suporte material do texto possui idade próxima ao tempo em que se deram os escritos (exame do papel, por exemplo, seu envelhecimento, a tecnologia usada para a sua fabricação, etc.)
- Se o documento é pertinente, ou melhor, se foi de fato um produto da época, ainda que o autor tenha buscado falsificar em seus escritos alguns aspectos da realidade. Dito de outra forma, se as falsificações, caso existam, são históricas ou não.¹ Um dos procedimentos adotados é o de se comparar o tipo de letra e linguagem usadas, com outros documentos já comprovadamente tidos como pertencentes à mesma época, procedimento que nos permite detectar, nos casos de falsificações, as distorções existentes.
- Se o autor do documento é de fato aquele a quem lhe atribuem a propriedade.

¹ O falsário tem como cúmplice toda a sua época. (anotação colhida em sala de aula.)

A outra crítica é a interna. Uma vez comprovado pelos críticos externos que o documento é da época, portanto histórico, e a autoria verdadeira, passamos para o exame do seu conteúdo; um mergulho no texto.

Neste trabalho, é a crítica interna o que nos interessa. Nela, fazemos uma “crítica de exatidão” (se o autor era um bom observador ou não), uma “crítica de veracidade” (se o autor era ou não um mentiroso), e dentre tantas outras críticas, a “crítica de interpretação” ou “crítica hermenêutica”, ou seja, aquele movimento do pensamento que ora prende-se ao documento, ora ao contexto sociocultural da época de origem do documento, retornando-se ao texto e vice-versa, naquilo a que se chama de círculo hermenêutico; um eterno caminhar pelo específico (o documento) e o geral (a realidade sociocultural ou econômico-social da época). É sobre este tipo de movimento do pensamento, este exercício que todo bom historiador deve ter, o objeto de estudo do presente trabalho.

1 - O documento e a crítica interna

O documento que será analisado consiste num trecho de uma carta escrita por Miguel Antônio de Mello, uma espécie de auditor enviado de Portugal a mando de Rodrigo de Souza Coutinho, o substituto do Marquês de Pombal, cuja missão seria, dentre outras, a de relatar ao Rei o que de fato se passava na sua colônia.

O trecho destacado diz respeito, dentre outros, à importância da agricultura de exportação nos negócios da colônia no final do século XVIII.

A partir deste trecho, faremos uma comparação com o que nos deixou Luís dos Santos Vilhena, em suas cartas endereçadas ao reino de Portugal, também dispondo sobre a vida na colônia, especificamente a da Bahia do século XVIII.

A análise sobre estes dois olhares será cruzada com o que escreveu Caio Prado Júnior sobre o mesmo tema, a saber: **a importância da agricultura de exportação para os negócios da colônia Brasil, em fins do século XVIII**; um exercício de círculo hermenêutico.

A seguir, o trecho destacado da carta de Miguel Antônio de Mello. As partes que aparecem com “xxxxxx” são aquelas em que não se conseguiu a devida transcrição.

“Quanto a gora aos outros assumptos de certo vês esta capitania huma colonia africana e assim convem que veja maiormente sendo tam preciozos os frutos da sua cultura. A força do seu comercio de capotagem consiste principalmente em açúcar, o tabaco, dos quais ainda xxxxx xxxxx xxxxx como foram os dois ultimos xxxxxx pode enviar para Portugal 30.851 caixas de açúcar de preço de 45 a 50 arrobas cada huma, e 32177 rolos de tabaco de 15 arrobas cada hum, ainda que a lei só os permita de dez, sem falar em 23562 rolos refugados, que se venderam na corte de Guiné e com os quais se resgatam a escravatura a qual la se foi negociar. Ambos estes generos ainda que prosperam poderiam com alguma melhor direçam prosperar mais, (...)”

Neste trecho, vários são os temas abordados. Tais são, a meu ver:

- 1 – Tínhamos tratamento igual a qualquer colônia africana: *“Quanto a gora aos outros assumptos de certo vês esta capitania huma colonia africana e assim convem que veja maiormente sendo tam preciozos os frutos da sua cultura.”*
- 2 – A importância do açúcar e do tabaco na pauta de exportações da colônia: *“A força do seu comércio (...) consiste principalmente em açúcar, o tabaco (...).”*
- 3 – O tabaco era também usado na compra de escravos (escambo) nas colônias africanas: *“(...) que se venderam na corte de Guiné e com os quais se resgatam a escravatura a qual la se foi negociar.”*

4 – A exportação de tabaco deveria ser muito expressiva, tanto que a lei só autorizava 10 arrobas em cada rolo, mas sendo vendidos com 15 arrobas cada um: “(...) e 32177 rolos de tabaco de 15 arrobas cada hum, ainda que a lei só os permitta de dez (...).”

5 – A exploração da colônia poderia ser ainda maior, fazendo-se alguns ajustes: “Ambos estes generos (...) poderiam com alguma melhor direçam prosperar mais (...).”

Como se vê, de um pequeno trecho abrimos um leque enorme para iniciarmos vários tipos de pesquisas. Deste pequeno mas expressivo testemunho, várias questões levantadas pelos historiadores sobre o período encontram respostas contundentes. É claro que não nos deteremos em cada uma delas, do contrário este trabalho não seria concluído a tempo. Assim o digo para demonstrar que o trabalho de pesquisa histórica é muito mais profundo do que se supõe, e que parece, e de fato, não tem fim. Nossa abordagem, pois, se limitará à **importância da agricultura de exportação nos negócios da colônia no final do século XVIII.**

2 - O que diz Vilhena²

A carta de Vilhena foi escrita em 1798. Sobre importação e exportação na Bahia, diz o seguinte:

“Consiste o comércio da exportação desta praça na produção de 400 engenhos de açúcar; a saber 260 no Recôncavo da Bahia, e 140 na comarca de Sergipe del Rei, e dos mais feitos, que verás no mapa que diante junto, das exportações, e importações do presente ano de 1798, feitas desta praça, para as duas de Lisboa, e Pôrto.

(...)

² VILHENA, Luís dos Santos. “Carta I”. In: *A Bahia no século XVIII*. Apres. De Edison Carneiro. Notas de Braz do Amaral. Salvador, Itapuã, 1969. v. 1, pp. 35-88.

Consiste o comércio de exportação da Bahia para Angola em feixos de açúcar, acoretas de aguardente, algum tabaco de rôlo, e pó, bastante ferragem de tôdas as qualidades, fazendas grossas chamadas de negro, e muito zimbro, que é um pequeno búzio que aqui se junta pela costa do mar, com mais alguns outros gêneros, que não tenho presentes; os de importação consistem em escravos que de Angola, e Benguela se transportam para trabalhar nos engenhos, roças, e mais fábricas do Brasil; bem como muita cêra em meia cura, e bruta.

Para os diferentes portos da Costa de Guiné, ilhas do Príncipe, e S. Tomé se exporta daqui muito tabaco do refugo do que se manda para Lisboa, e Índia por conta de S. Majestade, reduzido a rolos muito mais pequenos; bem como muita aguardente, e búzio, que serve de moeda entre os negros; e em troca destes gêneros, vêm as embarcações carregadas de escravos, bem como trazem algumas libras de ouro em pó.’³

Percebemos, logo de início, que as afirmações de Miguel Antônio de Mello sobre a importância do açúcar na pauta de exportações da colônia está em perfeita sintonia com o que nos diz Vilhena, quando nos fala de 400 engenhos de açúcar, 260 só no Recôncavo baiano. Não é, seguramente, uma quantidade inexpressiva, a julgar pelo capital necessário para a montagem de um engenho, e também pelo volume de negócios necessários para que o empreendimento fosse rentável. A empresa açucareira só era economicamente viável no comércio de grandes proporções, ou seja, dependente de um mercado consumidor de grande escala. Ora, somente uma produção voltada para o consumo interno, de pequeno porte para as condições da época, não tornaria viável a economia açucareira.⁴ É, pois, a agricultura de exportação o eixo

³ VILHENA, op. cit., pp. 57 e 59.

⁴ “O problema não era fácil. Tratava-se, para o donatário, de um investimento inicial oneroso, o que obrigou alguns a admitir sócios; de fretar navios; de recrutar elementos os mais diversos; de deslocar materiais; de enfrentar um período de carência, enquanto não houvesse produção; (...) O importante, entretanto, é que a empresa da donatária importava naquilo que em economia moderna conhecemos por investimento.(...) fracassaram, via de regra, os donatários que não mobilizaram, no investimento inicial, os recursos suficientes para enfrentar o período de carência que, numa empresa agrícola, depende, entre outros fatores, do ciclo vegetativo da planta. O açúcar não era o milho, que o indígena cultivava, planta de ciclo vegetativo curto, que permitia o desenraizamento dos elementos humanos, a infixação. Era de

central em torno do qual se apoiava toda a economia colonial. Portanto, as observações de Miguel Antônio de Mello são pertinentes.

Um outro produto que vai chamar a atenção de Miguel A. de Mello é o tabaco. Observa, com grande propriedade, a importância de sua produção, dada a sua utilidade no comércio de escravos na costa africana. Tabaco, dito de outra forma, representava escravo. A empresa açucareira só era viável com a utilização da mão-de-obra escrava.⁵ Neste sentido, o nosso Miguel A. de Mello é, sem dúvidas, um observador atento. Trata, num pequeno parágrafo, de dois grandes assuntos do interesse da Coroa: a produção de açúcar e o abastecimento de produtores diretos, os escravos. Sem escravos não há produção de açúcar, daí a importância do tabaco. Sobre os dois, dá conselhos importantes à Coroa: “*Ambos estes generos ainda que prosperam poderiam com alguma melhor direçam prosperar mais*”. Inegavelmente, nosso autor, nas questões econômicas, estava ciente daquilo que realmente interessava à Coroa saber.

Comparemos dois trechos, já citados, sobre a troca de escravos por tabaco na costa africana, o primeiro de Miguel A. de Mello, e o segundo do Vilhena.

gestação mais demorada e demandava trabalhos preliminares que alongavam o prazo entre o início deles e a colheita.” (Nelson Werneck Sodré, Formação Histórica do Brasil, Editora Bertrand Brasil S.A, Rio de Janeiro, 1987, pp. 67-68.) Não houve alteração tecnológica, até o século XVIII, capaz de modificar este quadro marcado pela dependência de grandes capitais para que a empresa açucareira tivesse êxito. Somente um mercado de grandes proporções, e portanto externo, daria rentabilidade a um empreendimento que só era viável se de grande porte.

⁵ “Como problema fundamental, é o trabalho que vai caracterizar a exploração colonial. (...) O escravo fazia parte do investimento inicial. Valia mais do que a terra; muito mais, pois que a terra nada valia. A riqueza do senhor media-se muito mais pelo número de escravos do que pela extensão da propriedade (...) Mais preciosa para o senhor era a propriedade do escravo do que a da terra. (...) O escravo só podia ser obtido por compra, e não era barato. Ter ou não ter escravos era a questão fundamental. (...) A supremacia do trabalho sobre tudo o mais impunha-se, inexoravelmente.” Nelson W. Sodré, op. cit., p. 71.

Miguel: “32177 rolos de tabaco de 15 arrobas cada hum, ainda que a lei só os permitta de dez, sem falar em 23562 rolos refugados, que se venderam na corte de Guiné e com os quais se resgatam a escravatura a qual la se foi negociar.

Vilhena: “*Para os diferentes portos da Costa de Guiné (...) se exporta daqui muito tabaco do refugo do que se manda para Lisboa, e Índia por conta de S. Majestade (...); bem como muita aguardente, e búzio, que serve de moeda entre os negros; e em troca dêstes gêneros, vêm as embarcações carregadas de escravos, bem como trazem algumas libras de ouro em pó.*”

Miguel afirma que muito tabaco fora vendido na corte de Guiné, “e com os quais se resgatam a escravatura a qual la se foi negociar”. Vilhena também observa a exportação, para diferentes portos da Costa da Guiné, de muito tabaco, e “em troca dêstes gêneros, vêm as embarcações carregadas de escravos (...)” A julgar pelo que nos diz Vilhena, as afirmações de Miguel Antônio de Mello sobre o comércio de escravos e de tabaco na costa africana são verdadeiras. Nestas condições, dispondo de dois depoimentos da época coincidentes sobre o mesmo tema, difícil não nos inclinarmos a ver nesta coincidência algo que de fato traduz a verdadeira expressão do que realmente acontecia naquela época.

3 - O que diz Caio Prado Júnior

“Seja como for, a primeira metade do séc. XVIII é um período sombrio para a agricultura brasileira. Mas a situação modificar-se-á completamente na última parte. Apontei (...) os fatores que trouxeram o declínio da mineração; em seu lugar ressurgirá novamente a agricultura, que volta a ocupar a posição dominante que desfrutara nos dois primeiros séculos da colonização. Mas não será apenas este fator negativo que estimula o refluxo das atividades da colônia para o cultivo da terra. Estendiam-se novamente os mercados para seus produtos. Para isto contribui particularmente o desenvolvimento considerável da população européia no correr

do séc. XVIII; a par disto, o incremento das atividades econômicas e relações comerciais em todo o mundo, este prenúncio da nova era que se inaugura na segunda metade daquele século, a era da Revolução Industrial. Isto se reflete intensamente no mundo colonial. Seus mercados se alargam, seus produtos se valorizam. A importância do comércio colonial para os países da Europa, neste período, se manifesta nas lutas que em torno dele se acendem. Todos os conflitos europeus, pode-se dizer que desde a guerra de Sucessão da Espanha, e inclusive as guerras napoleônicas, têm sempre, como ultima ratio, o problema colonial.

(...)

O açúcar não ficará atrás do algodão neste surto agrícola do final do séc. XVIII. As velhas regiões produtoras, como a Bahia e Pernambuco, decadentes havia quase cem anos, se renovam e brilharão outra vez como nos dois primeiros séculos da colonização.

(...)

Tal contraste entre a decadência da mineração e o progresso das atividades rurais se reflete nas discussões da época; é sensível nelas o prestígio da agricultura, e crescente a descrença na mineração. O balanço entre ambas é quase unânime em favor da primeira. Somente dela esperavam-se resultados sérios e um futuro promissor. O país acordara finalmente do seu longo sonho de metais e pedras preciosas...⁶ (grifos meus)

Se atentarmos para os trechos grifados, fica evidente a correspondência entre o que nos informa Miguel Antônio de Mello, confirmado pelo olhar de Luís dos Santos Vilhena, com a diferença de que Caio Prado Júnior, ao abordar o mesmo tema mas numa escala bem maior, o faz inserindo-o no conjunto das transformações econômicas operadas tanto na economia mundial quanto na economia colonial. As análises são coincidentes: de fato, a importância da agricultura de exportação nos negócios da colônia no final do século XVIII é indiscutível. Somente ela seria capaz de dar novo impulso à economia colonial saída da crise da mineração.

⁶ Caio Prado Júnior, História Econômica do Brasil, Editora Brasiliense, São Paulo, 1988, pp. 79, 80, 84 e 85.

Aqui, portanto, damos uma volta completa no círculo hermenêutico, não detectando nenhuma contradição entre os três olhares abordados, ainda que provenientes de escalas de observação diversas.

Conclusão

O exercício que fizemos nos permite afirmar, sem dúvidas, que Miguel Antônio de Mello era um observador competente, ao menos no que se refere à economia colonial. Merece, pois, dos historiadores econômicos, credibilidade.

Embora o caminho percorrido tenha sido o do específico para o geral, ou seja, inicialmente o exame de uma declaração muito objetiva de um servidor da Coroa, e a partir dela, o cruzamento com outros olhares cada vez mais globais, poderíamos também fazer o contrário: a partir das análises mais globais, desceríamos a níveis mais baixos em termos da escala de observação adotada, sendo, neste caso, a análise global o objeto de verificação a partir da observação dos olhares locais. Eis aí o círculo hermenêutico, infinito, de difícil execução, parecido muito mais com o desenho de uma espiral, cujo percurso nos conduz aos mesmos pontos já percorridos anteriormente na última volta, mas num grau de aprofundamento, ou melhor ainda, de conhecimento da história qualitativamente superior.

Se existe alguma lição a tiramos deste pequeno estudo, dentre tantas, seria a de que uma crítica de qualidade exige muita experiência e erudição, além de aguçado espírito crítico. Indiscutivelmente, ao contrário do que pensa o senso comum, fazer história, infelizmente, não é nada fácil.

Evandro de Oliveira Machado
Em 15 de fevereiro de 2004